Artigo 2.º

Utilizadores domésticos

A tarifa de resíduos sólidos urbanos para os produtores domésticos, definidos pela alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º do presente anexo, assenta na aplicação de tarifas fixas mensais trimestrais ou semestrais.

Artigo 3.º

Outros utilizadores

Para os outros utilizadores, não incluídos na secção anterior, é definida uma tarifa de resíduos sólidos mensal ou semestral, calculada com base no tipo de actividade, na área e ou volume de resíduos.

Artigo 4.º

Recolha especial

Para os produtores, com recolha especial, a tarifa de RSU é mensal ou semestral, calculada com base no número de recolhas semanais.

Artigo 5.º

Resíduos especiais

1 — Para os produtores de resíduos sólidos especiais equiparáveis a RSU que venham a celebrar contrato com a Câmara Municipal, nos termos do artigo 25.º deste Regulamento, será cobrada uma tarifa de resíduos sólidos.

2 — Pela prestação de serviços com carácter ocasional, a solicitação dos produtores, será cobrada a tarifa de resíduos sólidos, de acordo com o somatório das seguintes parcelas:

- a) Deslocação — com base no custo/quilómetro;
- b) Mão-de-obra — com base no custo salário/hora;
- c) Materiais — com base no custo de aquisição dos materiais acrescido de 20% para a cobertura de encargos com carga, descarga e armazenamento;
- d) Outros encargos — com base nos custos inerentes à prestação de serviços e utilização de equipamentos.

2.1 — Ao valor calculado de acordo com o número anterior é devido um agravamento de 30%, correspondente a encargos administrativos.

3 — As situações omissas devem ser analisadas caso a caso pela Câmara Municipal.

Artigo 6.º

Reduções e isenções

1 — Os produtores domésticos, associações sem fins lucrativos, estabelecimentos comerciais e industriais têm direito a uma redução do valor da tarifa a pagar pela remoção de resíduos sólidos, sem necessidade de formulação de requerimento para o efeito, desde que se encontrem numa das seguintes situações:

- Distem mais de 100 m do circuito efectuado pelo camião de recolha — redução de 25% do valor da tarifa;
- Distem mais de 300 m do circuito efectuado pelo camião de recolha — redução de 50% do valor da tarifa.

2 — O presidente da Câmara Municipal ou o titular de poderes delegados poderá reduzir até 50% ou isentar do valor da respectiva tarifa de resíduos sólidos os produtores domésticos que se encontrem em situação de carência económica, comprovada pelos serviços sociais, em sequência de processo de inquérito tramitado, tendo em atenção os parâmetros definidos pela entidade decisora.

§ único. Os parâmetros aludidos na parte final do corpo do presente número deverão ser suficientes para permitir uma decisão que acolha os princípios da igualdade e da proporcionalidade, devendo atender-se designadamente à situação de desemprego ou reforma dos interessados e a um rendimento *per capita* do agregado familiar respectivo inferior a 60% do ordenado mínimo nacional.

3 — O presidente da Câmara Municipal ou o titular de poderes delegados poderá reduzir em 20% do valor da respectiva tarifa de resíduos sólidos os produtores domésticos que tenham a seu cargo três ou mais filhos e disso façam prova através de declaração da junta de freguesia da sua residência.

4 — O presidente da Câmara Municipal ou o titular de poderes delegados poderá reduzir em 20% do valor da respectiva tarifa de resíduos sólidos os produtores domésticos que tenham a seu cargo ascendentes directos e disso façam prova através de declaração da junta de freguesia da sua residência.

5 — Os emigrantes pagarão apenas a tarifa correspondente ao 3.º trimestre de cada ano, devida pela sua moradia em Portugal nos casos em que a sua habitação não esteja ocupada ou habitada por outrem e cuja ocupação pelo emigrante tenha lugar durante o seu período de férias, devendo tal ser certificado por declaração da junta de freguesia em que se localize o imóvel.

6 — As reduções previstas nos n.ºs 2, 3, 4 e 5 devem ser requeridas anualmente pelos interessados no Departamento do Ambiente da Câmara Municipal.

7 — A alteração das circunstâncias que determinaram a concessão de redução ou isenção do pagamento de tarifas previstas nos números anteriores deve ser comunicada pelos interessados à Câmara Municipal, devendo esta, logo que constate tal alteração, independentemente de comunicação pelo interessado, determinar a revogação imediata do benefício concedido.

8 — Ficam isentas de pagamento as entidades que nos termos da lei tenham por missão a prevenção e o combate a incêndios.

Artigo 7.º

Cobrança

1 — A liquidação da tarifa fixa de resíduos sólidos aos titulares domésticos será efectuada:

- a) Através de aviso/factura a emitir trimestralmente ou semestralmente, observando-se as regras e prazos dos serviços nela definidos;
- b) Através de aviso/factura da água, em que constará devidamente especificada, observando-se as regras e prazos definidos por esta.

2 — Para os outros utilizadores titulares de contrato de fornecimento de água, será a liquidação da tarifa de resíduos sólidos efectuada através de aviso/factura da água, em que constará devidamente especificada. O pagamento da tarifa é indissociável do pagamento da factura dos consumos de água, observando-se as regras e prazos definidos por esta.

3 — Para os outros utilizadores titulares não titulares de contrato de fornecimento de água, será a liquidação da tarifa de resíduos sólidos efectuada através de aviso/factura a emitir trimestralmente ou semestralmente, observando-se as regras e prazos dos serviços nela definidos.

Listagem n.º 98/2006 — AP. — *Listagem de todas as adjudicações, para cumprimento do artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março:*

Designação da obra	Adjudicatário	Valor da adjudicação (em euros)	Tipo de procedimento
Rede de drenagem de águas residuais na freguesia de Pedome — conclusão.	Consórcio Domingos Pedrosa Barreto, L. ^{da} , & Construções Artur Alves de Freitas II, L. ^{da}	265 920,90	Concurso público.
Redes de distribuição de água às freguesias de Ruivães, Bente e Landim.	DACOP, Construções e Obras Públicas, S. A.	1 082 579,60	Concurso público.
Rede de drenagem de águas residuais de Requião — FAMICASA	Armindo Fernandes Gomes, L. ^{da} ...	43 668,25	Concurso público.
Rede de drenagem de águas residuais na freguesia de Vermoim	Armindo Fernandes Gomes, L. ^{da} ...	24 263	Concurso público.
Fornecimento e aplicação de tapete betuminoso para reparação de caminhos e estradas municipais.	Fernandes & Fernandes, L. ^{da} ...	5 714,29	Ajuste directo.
Execução de ramal de saneamento no entreposto do LIDL em Ribeirão.	Armindo Fernandes Gomes, L. ^{da} ...	3 572,15	Ajuste directo.
Execução do ramal de saneamento no lugar de Quintela Arnoso, Santa Maria.	Manuel Oliveira & José Loureiro, L. ^{da}	1 208,44	Ajuste directo.
Conclusão do sistema colectivo de captação, reserva tratamento e pressurização de água — loteamento de Lovares, telhado.	Fábrica Metalúrgica da Gandra, L. ^{da}	14 272,81	Ajuste directo.

Designação da obra	Adjudicatário	Valor da adjudicação (em euros)	Tipo de procedimento
Ramais drenagem de águas residuais domésticas em Arnoso, Santa Eulália.	Sabino & Sabino — Construção Civil e Obras Públicas, L. ^{da}	3 900	Ajuste directo.
Tratamento anual relvados renovação sistema rega campo principal.	RELVIREGA, L. ^{da}	24 362,98	Ajuste directo.
Execução de empreitada de ajardinamento na Alameda de Nossa Senhora da Guia (Outiz).	Viveiros Costa & Silva, L. ^{da}	4 757,50	Ajuste directo.
Ligação da rede de drenagem de águas residuais da freguesia de Lagoa ao interceptor de Gerem.	Armindo Fernandes Gomes, L. ^{da} . . .	3 603,50	Ajuste directo.

22 de Fevereiro de 2006. — O Vereador do Ambiente, *José Manuel Leitão dos Santos*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL

Aviso n.º 1086/2006 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos e dando cumprimento ao estabelecido no artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal desta Câmara Municipal e do pessoal oriundo dos extintos Serviços Municipalizados, organizada nos termos do artigo 93.º do citado diploma, foi afixada nos locais de trabalho.

Da sua organização cabe reclamação a deduzir no prazo de 30 dias a contar da data desta publicação.

2 de Março de 2006. — O Presidente da Câmara, *Manuel do Nascimento Martins*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Aviso n.º 1087/2006 (2.ª série) — AP. — José Carlos Costa Barros, vice-presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, faz saber que a Câmara Municipal, na sua reunião de 7 de Março de 2006, deliberou proceder à abertura de um período de discussão pública do Plano de Pormenor de Salvaguarda do Núcleo Pombalino de Vila Real de Santo, em conformidade com o estabelecido no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 310/2003, de 10 de Dezembro.

Início da discussão pública — 15 dias após a publicação deste anúncio no *Diário da República*.

Prazo de discussão pública — 20 dias.

Locais onde se encontra disponível a proposta e pareceres emitidos pelas diversas entidades — Câmara Municipal (Divisão de Gestão Urbanística) e Junta de Freguesia de Vila Real de Santo António.

Os interessados poderão consultar os documentos nos locais indicados, durante as horas de expediente, todos os dias úteis.

Os interessados podem apresentar reclamações, observações ou sugestões remetidas pelo correio ou entregues pessoalmente na Câmara Municipal.

Os interessados poderão ainda contactar directamente na Divisão de Gestão Urbanística da Câmara Municipal o técnico designado para o efeito, todas as sextas-feiras, entre as 10 e as 15 horas, durante o período de discussão pública, podendo oralmente ou por escrito solicitar-lhe esclarecimentos e apresentar-lhe as reclamações, observações ou sugestões que entendam pertinentes.

A Câmara Municipal ponderará as reclamações, observações, sugestões e pedidos de esclarecimentos apresentados pelos particulares,

ficando obrigada a resposta fundamentada perante aqueles que invoquem, designadamente:

- A desconformidade com os instrumentos de gestão territorial eficazes;
- A incompatibilidade com planos, programas e projectos que devam ser ponderados em fase de elaboração;
- A desconformidade com disposições legais e regulamentares aplicáveis;
- A eventual lesão de direitos subjectivos.

A resposta referida anteriormente será comunicada por escrito aos interessados, sem prejuízo do disposto no artigo 10.º, n.º 4, da Lei n.º 83/95, de 31 de Agosto.

Findo o período de discussão pública, a Câmara Municipal divulga e pondera os respectivos resultados e elabora a versão final da proposta para aprovação.

13 de Março de 2006. — O Vice-Presidente da Câmara, *José Carlos Costa Barros*.

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA DE REI

Aviso n.º 1088/2006 (2.ª série) — AP. — Para os devidos efeitos e em cumprimento do estabelecido no n.º 3 do artigo 95.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, torna-se público que a lista de antiguidade do pessoal do quadro da Câmara Municipal de Vila de Rei, organizada nos termos do artigo 93.º do já citado diploma legal, foi afixada nos respectivos locais de trabalho.

Nos termos do n.º 1 do artigo 96.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, cabe reclamação no prazo de 30 dias a contar da publicação do presente aviso.

6 de Março de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria Irene da Conceição Barata Joaquim*.

Aviso n.º 1089/2006 (2.ª série) — AP. — Maria Irene da Conceição Barata Joaquim, presidente da Câmara Municipal de Vila de Rei, torna público que a listagem de obras públicas adjudicadas em 2005, constante do aviso n.º 557/2006, publicado no apêndice n.º 22 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 47, de 7 de Março de 2006, a fim de dar cumprimento ao disposto no artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 59/99, de 2 de Março, saiu incompleta, à qual se faz o seguinte aditamento:

Aditamento à lista de obras públicas adjudicadas em 2005 (artigo 275.º do Decreto-Lei n.º 55/99, de 2 de Março)

Empreitada	Valor sem IVA (em euros)	Adjudicatário	Forma de atribuição
Alargamento da estrada de ligação entre a EM 534 — cruzamento do Fouto ao Abrunheiro Pequeno, passando por Ribeira.	4 946,50	Diamantino Jorge & Filho, L. ^{da}	Ajuste directo.
Execução de infra-estruturas diversas para os lotes 21 e 22 do loteamento de Vale Galego.	12 622,20	Mendes Transportes e Construções, S. A.	Ajuste directo.
Pavimentação de arruamento na Zona Industrial do Carrascal	9 757,90	Diamantino Jorge & Filho, L. ^{da}	Ajuste directo.
Repavimentação do troço na EM 534	23 764,29	Diamantino Jorge & Filho, L. ^{da}	Ajuste directo.
Beneficiação de acessos junto ao túnel de Vila de Rei	4 575	Diamantino Jorge & Filho, L. ^{da}	Ajuste directo.
Encaminhamento de águas pluviais e execução de valeta revestida na povoação do Milreu.	8 375,72	Diamantino Jorge & Filho, L. ^{da}	Ajuste directo.
Centro de Estudos Tecnológicos, antigo edifício dos Paços do Concelho — adaptação de instalações.	15 826,17	J. C. Bartolomeu — Inst. Eléctricas, L. ^{da}	Ajuste directo.
Praia fluvial do Bostelim — trabalhos acessórios e de manutenção	18 100	COMUM — Sociedade de Construção Civil, L. ^{da}	Ajuste directo.

10 de Março de 2006. — A Presidente da Câmara, *Maria Irene da Conceição Barata Joaquim*.